



"Paisagem"

Ruth Klüger: uma autobiografia contra a indolência do esquecimento

Saul Kirschbaum

Doutor em Letras pelo programa de Pós-graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas do Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo. Pesquisador Colaborador do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, em programa de Pós-doutorado.

Resumo

A obra de memórias sobre a infância na Viena nazista e sobre a vivência concentracionária, de Ruth Klüger, merece destaque por vários aspectos: 1) por serem memórias tardias - ou seja, a autora teve cerca de meio século para elaborar essas memórias e conhecer os escritos de outros sobreviventes, como Primo Levi, Robert Antelme, Jorge Semprun; 2) por serem, ao contrário da imensa maioria dos outros testemunhos, memórias de uma mulher e, ainda mais do que isso, de uma criança, de uma menina. Estes aspectos diferenciais permitem à autora refletir sobre temas polêmicos relacionados à Shoá, como a condição do sobrevivente, o enfrentamento dos traumas e a retomada de uma vida “normal”, a possibilidade de narrar e a recusa de ouvir, e a questão da estética, ou seja, a representabilidade da opressão levada ao seu limite.

Ruth Klüger, que tinha sete anos em 1938, quando a Áustria optou pelo nazismo, dos dez aos doze anos esteve internada em Terezin; em 1944, foi transferida para Auschwitz-Birkenau, enfrentando a morte de perto. Quase por milagre, escapou de uma “seleção”. Arguta observadora, foi capaz de perceber e registrar com rara sensibilidade o funcionamento dos mecanismos de exclusão, exacerbados pelo anti-semitismo, pela guerra e pelo regime concentracionário - dos arianos contra os judeus, dos militares contra os civis, dos homens contra as mulheres, dos adultos contra as crianças. Mecanismos de exclusão que, na opinião da autora, são reproduzidos mesmo dentro das comunidades judaicas, na forma de silenciamento dos sobreviventes, de esterilização dos testemunhos.

Palavras-chaves

Autobiografia - Literatura de testemunho, - Nazismo - Shoá.

Abstract

Ruth Klüger's book of childhood memories in Nazi Vienna, and on living at concentration camps deserves attention for several aspects: 1) for representing belated memories, i.e., the authoress has got about half a century to elaborate on these memories and to become acquainted with what other survivors, like Primo Levi, Robert Antelme, Jorge Semprun had written; 2) for being, unlike most other testimonies, memories of a woman, and more than that, of a child, a girl. These differential aspects allow the authoress to reflect about polemical themes related to the Shoah, such as the human condition of the survivor, the facing of traumas and the recovering of a “normal” life, the possibility of narration and the refusal of hearing, and the aesthetic issue, i.e., the representability of the oppression pushed to its limits.

Ruth Klüger, who was seven years old in 1938, when Austria chose Nazism, was locked up in Terezin from the age of ten to twelve; in 1944, she was transferred to Auschwitz-Birkenau. Almost by miracle, she escaped from a “selection”. Keen observer, she was capable of perceiving and recording with uncommon sensitivity how the exclusion mechanisms worked, exacerbated by Anti-Semitism, by war, by the concentrationary regime - of Arians against Jews, of militaries against civilians, of men against women, of adults against children. These exclusion mechanisms are, in the authoress' opinion, reproduced even inside the Jewish communities, in the form of silencing survivors, of sterilizing testimonies.

Keywords

Autobiography - Testimonial literature - Nazism - Shoah.

A obra de Ruth Klüger, **Paisagens da memória: Autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto**, publicada no Brasil em 2005 pela editora 34, foi escrita entre 1989 e 1991 e publicada na Alemanha em 1992.

Poucos sobreviventes registraram suas memórias logo nos primeiros anos seguintes ao final da guerra. É **isto um homem?**¹, de Primo Levi, publicado em 1960, foi escrito entre dezembro de 1945 e janeiro de 1947, mas **A Trégua**², do mesmo autor, publicada em 1965, foi escrita entre dezembro de 1961 e novembro de 1962. Já sua outra grande obra testemunhal sobre o Holocausto, **Os afogados e os sobreviventes**³, teve que esperar até 1986 para vir à luz.

Tipicamente, os sobreviventes do nazismo que produziram obras autobiográficas tiveram necessidade de esperar dezenas de anos para conseguirem pôr no papel as memórias de suas vivências sob a opressão. Isso aconteceu com **Além da culpa e da expiação**, de Jean Améry⁴, que teve sua primeira edição em 1966, reunindo ensaios escritos pelo autor a partir de 1964; do mesmo ano é **Holocausto: canto de uma geração perdida**, de Elie Wiesel⁵; Josef Bor escreveu **Requiem em Terezin** em 1963⁶.

Mas o depoimento de Ruth Klüger demorou quase meio século para ser escrito; somente em 1989, quando a autora se recuperava de um acidente, é que se dispôs a registrar suas memórias do Holocausto, num gesto de retribuição aos amigos alemães que a ampararam durante a convalescença. A hemorragia cerebral evitada, mas sentindo as memórias evaporarem (“cada dia que passa é como uma porta que se fecha atrás de mim” [p. 246]), foi necessário ter visto a morte de perto para que se decidisse a encetar o debate com seus “fantasmas”. Nesse aspecto, aproxima-se de Jorge Semprun, que somente em 1994 escreveu **A escrita ou a vida**, reflexões sobre o tempo em que esteve internado em Buchenwald. Eis como Semprun vivenciou essa aporia dilacerante:

Nada mais possuo a não ser minha morte, minha experiência de morte, para contar minha vida, expressá-la, levá-la adiante. Tenho que fabricar vida com toda essa morte. E a melhor maneira de conseguir é a escrita. Ora, esta me leva à morte, aí me tranca, aí me asfixia. Estou nesse ponto: só posso viver assumindo essa morte pela escrita, mas a escrita me impede literalmente de viver (SEMPRUN, 1995, p. 162).

A demora dos sobreviventes em publicar suas memórias provavelmente deriva de uma hesitação, uma paralisia, que tem a ver com o dilema enfrentado por todos eles, ou seja, o que se ergue entre, por um lado, o imperativo de testemunhar, de preservar a memória, ética e politicamente fundamentado, e, por outro, o veto à representação do Holocausto, estética e filosoficamente motivado, expresso com tanta veemência por Theodor Adorno⁷.

Mesmo reconhecendo que nenhuma forma artística é adequada para expressar a dimensão do horror nazista, mesmo correndo o risco de reduzir a memória da barbárie a um objeto de consumo, o imperativo de teste-

munhar é sentido pelos sobreviventes não apenas como uma missão de educar e alertar, mas também como uma dívida para com os mortos, cuja morte terrível exige ser lembrada. “Talvez seja preciso às vezes falar em nome dos naufragados. Falar em nome deles, no silêncio deles, para devolver-lhes a palavra”, disse Jorge Semprun (SEMPRUN, 1995, p. 138). Sabemos que o próprio Adorno, após conhecer a poesia de Paul Celan, acabou por retratar-se e aceitar esse ponto de vista⁸. Pois, como expressou Klaus Laermann em 1992, “onde poderiam os milhões de mortos ser enterrados com dignidade, se não na poesia?”. “Onde não existe túmulo”, observa nossa autora, “o trabalho de luto nunca termina” (KLÜGER, 2005, p. 87). O título original do livro de Ruth Klüger, **Weiter Leben**, pode ser traduzido de diversas formas; uma destas, “viver mais largamente”, talvez dialogue com a cova grande nas nuvens onde não se jaz apertado, da “Fuga da morte”⁹.

Na verdade, Klüger vai mais além da dívida para com os mortos e da função didática do testemunho: ela chega mesmo a afirmar que a poesia é fundamental também para os vivos, para sua sobrevivência psíquica, e denuncia a apropriação do direito à expressão, sua sacralização a serviço de interesses pouco claros, já diretamente respondendo ao primeiro Adorno, com mal disfarçada ironia:

[...] refiro-me aos especialistas em assuntos de ética, literatura e realidade, que exigem que não se escreva poema algum de, sobre ou após Auschwitz. Essa exigência deve vir daqueles que podem prescindir da linguagem em versos, pois nunca a utilizaram ou dela necessitaram para manter-se psicologicamente com a cabeça fora d’água, sem afogar. [...] Mas o que significam esse ‘ter direito’, esse ‘dever’? Algo moral, algo religioso? A serviço de que interesses? Quem se intromete aqui? O tema torna-se uma sarça ardente em solo religioso, que só se pode pisar com pés descalços e humilde submissão (KLÜGER, 2005, p. 115).

Enfim, por que enfatizar o aspecto *tardio* da autobiografia de Ruth Klüger? O que muda quando alguém que passou pelo sistema concentracionário nazista (ou, por que não, pelo estalinista) registra suas lembranças cinquenta anos após, ao invés de vinte?

É inegável que a distância temporal borra os contornos dos eventos, se não os próprios eventos; em princípio, isso não tem maior importância, uma vez que estamos, os leitores, não em busca da verdade dos *fatos*, mas da verdade das *vivências*. Para saber factualmente o que aconteceu em Auschwitz e em Buchenwald, a opressão a que judeus e outras vítimas foram submetidos na Alemanha nazista, os assassinatos sistemáticos e administrativos nos territórios ocupados, temos hoje fontes suficientes. Entre outros, **A Crônica do Gueto de Varsóvia** de Emmanuel Ringelblum, os registros mantidos pela própria burocracia nazista, os achados dos exércitos aliados nos campos de trabalhos forçados e de extermínio dão bem conta dos fatos. Mas as vivências, em sua forma bruta, não explicam o que aconteceu - pelo contrário, podem

levar à perda da razão. Como argumenta nossa autora,

[q]uem só tem vivências, sem se preocupar com rimas ou pensamentos, corre o risco de perder a razão [...] Quem quer se aproximar do que aconteceu, com a mente e o coração, necessita de interpretações dos fatos. Os fatos, por si só, não bastam. (KLÜGER, 2005, p. 116).

Porém, a opção por privilegiar a interpretação dos fatos sobre seu mero registro em estado bruto¹⁰, o subjetivo sobre o objetivo, não pode ser entendida como a implantação do império das percepções interiores, das fantasias inconscientes, a supressão da exigência de que os fatos sejam verdadeiros e comprováveis, seu rebaixamento a mera ficção. Uma autobiografia é lida no horizonte de sua referencialidade. A própria Ruth Klüger, em artigo recente (“Verdade, mentira e ficção em autobiografias e romances autobiográficos”, de 2009), aborda a fraude cometida por Benjamin Wilkomirski ao publicar **Bruchstücke (Fragmentos)**¹¹.

[...] nós, muito corretamente, encaramos um texto de forma diferente quando achamos que se trata de história e quando o texto é apresentado como ficção”, e mais adiante “[...] a retirada de uma voz autobiográfica autêntica faz do espectador uma pessoa passada para trás e do relato uma mera reconstrução das experiências de outras pessoas,

diz a autora (KLÜGER, 2009, p. 25), que busca caracterizar e entender os problemas enfrentados pela autobiografia como gênero, em seus desvios em relação a uma forma canônica. “O primeiro”, nos diz,

é o problema da fraude, ilustrado pelo caso Wilkomirski. O segundo, o incremento da realidade por meio da interpretação em romances autobiográficos. Isso pode variar entre o embelezamento de acontecimentos lembrados e históricos e a fantasia manifesta de um livro como **The Plot against América** de Philip Roth (KLÜGER, 2009, p. 30).

A fraude é a ficção que busca se apresentar como realidade. O romance autobiográfico se utiliza de elementos da realidade, mas se apresenta como ficção. Eu acrescentaria que, no outro extremo, a obra literária autêntica, que se declara desde logo ficção, pode ser um excelente instrumento na busca da verdade das vivências. Resenhando o livro de Zvi Kolitz, **Yossel Rakover dirige-se a Deus**, Emmanuel Levinas diz que

Entre as recentes publicações no Ocidente consagradas ao judaísmo, são numerosos os belos textos. Encontrase facilmente talento na Europa. Os textos verdadeiros são raros[...]

e, mais adiante,

Acabamos de ler um texto belo e verdadeiro, tão verdadeiro quanto só a ficção pode sê-lo. [...] O texto apresen-

ta-se como um documento, escrito durante as últimas horas de resistência do gueto de Varsóvia. O narrador teria sido testemunha de todos os horrores; ele teria perdido seus filhos pequenos em condições atrozes. Último sobrevivente de sua família ainda por alguns instantes, ele nos lega seus últimos pensamentos. Ficção literária, seguramente, porém ficção na qual cada uma de nossas vidas de sobreviventes reconhece-se vertiginosamente (LEVINAS, 2003, pp. 73-4).

O que queremos saber, através da leitura de depoimentos de ex-prisioneiros, é *como era a vida nos campos de extermínio e nos guetos?* Como era viver provisoriamente, à beira mesmo da morte iminente? Como os prisioneiros lidavam com as demandas conflitantes de, por um lado, conviver com a penúria, se esforçar para estender sua sobrevivência por pelo menos mais um dia, e, por outro, o exercício da solidariedade, a compaixão, o reconhecimento e a acolhida do *outro* (pois, como Imre Kertész assinala em **Kadish**, seu grande diálogo com a “Todesfugue”¹², “o realmente irracional e o efetivamente inexplicável não é o mal, ao contrário: é o Bem” (KERTÉSZ, 1995, p. 47). Ruth Klüger, por sua vez, observa que

[m]ais tarde, já em liberdade, nada me ofendia mais, nada me parecia estar mais cheio de preconceitos do que a suposição de que nos campos só se cultivava o mais brutal egoísmo e de que qualquer um que retornasse de um deles estaria moralmente corrompido (KLÜGER, 2005, p. 84).

Enfim, queremos saber como o poder, concedido em migalhas para alguns prisioneiros momentaneamente privilegiados, ou em doses um pouco maiores para os investidos de alguma autoridade funcional, como os *kapos*¹³, até o poder absoluto, no topo da hierarquia dos SS, afetava o comportamento das pessoas.

Aqui, o problema que assinala antes, ou seja, o obscurecimento dos eventos que decorre da passagem do tempo, é mais preocupante, porque o tempo se desorganiza, se estilhaça, a recuperação das memórias é cada vez mais precária. Porque quem narra percebe a fragilidade de suas memórias, e é fortemente tentado a suprir as brechas decorrentes dessa fragilidade com material de sua imaginação, ou apropriando-se (talvez inconscientemente) das lembranças de outros autores. Jorge Semprun expôs essa armadilha com muita clareza, ao tentar descrever a fome em Buchenwald:

[...] mas não vou dizer como era realmente tomar a sopa do Domingo, já me esqueci, não poderia reconstituir a verdade desse momento de outrora, estaria inventando; ou melhor, eu me lembraria daquela fome de outrora por intermédio dos relatos de Chalamov, ou de Soljenitzyn, ou de Herling-Grudzinski, ou de Robert Antelme; graças a eles, sem dúvida, encontraria as palavras necessárias, que soariam corretamente; mas eu me esqueci (SEMPRUN, 1982, p. 222).

Não obstante, o próprio Semprun reconhece os possíveis benefícios da escrita tardia, pois “na tentativa

interminável de prestar contas de uma experiência que se distancia no passado, [...] certos contornos ficam [...] cada vez mais nítidos, já que certos territórios se iluminam com uma luz nova entre as brumas do esquecimento” (SEMPRUN, 1995, p. 230).

Mas, percebe nossa autora, a memória é também uma prisão.

Temos uma imagem das pessoas que amamos e conhecemos, esta imagem cabe em uma moldura mental e não se dispersa em uma dúzia de instantâneos. Em minhas lembranças, vejo meu pai erguendo cortesmente o chapéu na rua e, em minhas fantasias, vejo-o sofrendo uma morte ingrata, assassinado pelas pessoas que cumprimentava na Neubaugasse, ou por outras semelhantes. Entre uma coisa e outra, nada. [...] em vão tentamos nos livrar das imagens que ficaram gravadas na infância.” (KLÜGER, 2005, p. 29).

Esta é a dicotomia vivida por quem pretende narrar com sinceridade: ou bem as memórias se diluem, se confundem, são transformadas por aquilo que o autor gostaria que tivesse acontecido (ou que não tivesse acontecido), ou então, especialmente quando carregadas de emoção, são extremamente nítidas, ofuscam e estabelecem antagonismos irreconciliáveis. Nas palavras da autora, “são justamente as lembranças mais precisas que dão margem a inverdades, pois não cedem a nada que existe fora delas, e se contrapõem a ideias baseadas em um julgamento posterior e em um saber mais amplo.” (KLÜGER, 2005, p. 29-30). Isto é, resistem a quaisquer tentativas de apreciação crítica, racional.

Consciente destas dificuldades, a reconstrução do passado, efetuada por Ruth Klüger, nunca afirma retratar a história “tal como aconteceu”. Ao invés, ela se dá conta de que tudo poderia ser diferente daquilo que ela lembra. A questionável confiabilidade dos depoimentos pessoais, da história oral, mesmo que produzidos por pessoas que insistem na sinceridade, está sempre presente em seu livro. Aqui tocamos, talvez, em um dos aspectos mais importantes derivado do caráter *tardio* de relatos como o de Ruth Klüger: o autor *tardio* já tem conhecimento de toda a literatura de testemunho. Ruth Klüger leu Primo Levi, Robert Antelme, Jean Améry. Por um lado, esse conhecimento prévio exige, de quem se propõe a acrescentar sua contribuição, um grande esforço de auto-disciplina, como o expresso por Jorge Semprun, de se recusar a se apropriar das vivências dos que escreveram antes. Mas, por outro, o fato de estar escrevendo meio século depois permite à autora um saudável distanciamento emocional; sentimentos de ódio contra os opressores da SS, de indignação contra o colega prisioneiro que não resistiu a furtar uma fatia de pão, podem ser elaborados até o limite do propriamente traumático. Conquistado esse distanciamento, Klüger pode aventurar-se (sempre convivendo com a incerteza) a cotejar em um nível crítico a memória de suas vivências concentracionárias com o registro das memórias de outros ex-prisioneiros escritores, sem se deixar abalar pela proximidade dos sofrimentos vividos.

Mas a autora sabe que não é fácil garantir esse distanciamento. Os riscos inerentes à perda da originalidade, da ingenuidade, são percebidos por ela com muita clareza. O fato de que cada pensamento, cada reflexão, já nasce contaminado por muitos outros pensamentos e reflexões registrados anteriormente. “É um absurdo querer apresentar os campos, tal qual foram outrora, no sentido espacial”, diz ela; e continua:

entretanto, é quase tão absurdo querer descrevê-los com palavras como se nada houvesse entre nós e o tempo em que existiram. Os primeiros livros após a guerra talvez ainda tivessem feito isso, aqueles livros que ninguém queria ler, mas é justamente a partir deles que nosso pensar se transformou, tanto que hoje não posso falar a respeito dos campos como se fosse a primeira, como se ninguém tivesse falado deles, como se todos que estão lendo agora não soubessem tanta coisa sobre eles, até mais do que suficiente, e como se tudo isso já não tivesse sido explorado – no sentido político, estético e também *kitsch*¹⁴ (KLÜGER, 2005, pp. 73-4).

O ponto alto das **Paisagens da memória**, o que diferencia este livro de outros relatos autobiográficos, é que a autora nos traz as vivências de uma criança, mais do que isso, de uma menina, e não só vivências de campos de concentração, já que o relato retrocede até 1938, quando ela tinha apenas sete anos, para retratar a progressiva nazificação de Viena, e essas vivências nos são transmitidas através da reflexão de uma mulher madura, que teve 44 anos para pensar em tudo o que aconteceu com aquela menina, para ir além do simples relato de vivências e interpretar os fatos em proveito de nós, leitores. Dessa forma, apesar de estar trilhando terreno minado, ela consegue expandir nossa compreensão do regime nazista.

Ruth Klüger percebe que os que não viveram o pesadelo concentracionário tentam silenciar os sobreviventes e preservar depoimentos e monumentos, devidamente esterilizados por um discurso hegemônico. A apropriação da memória da *Shoá*, com a exclusão dos sobreviventes e a transformação dos campos em museus, força a reflexão, por exemplo, sobre a “forte e estável moda estrangeira que chega à Polônia por intermédio dos judeus norte-americanos em peregrinação, com o que Auschwitz provavelmente tornou-se para a Polónia uma das mais lucrativas fontes de renda.” (KLÜGER, 2005, p. 73). Algo semelhante acontece com as sinagogas expropriadas e transformadas em igrejas após a expulsão dos judeus da Espanha em 1492. Atualmente convertidas em museus e entregues à guarda de judeus, funcionam como “evidências da tolerância e da boa-vontade espanhóis” e, mais do que tudo, como polos de atração das divisas de turistas judeus.

Por isso, diz a autora, é necessário

[...] romper a cortina de arame farpado que o mundo do pós-guerra colocou diante dos campos. Existe uma distinção entre o outrora e o agora, entre nós e eles, que não está a serviço da verdade mas sim da indolência. Há uma separação absoluta entre o público e as vítimas,

também isso possivelmente uma função dos campos-museus, que cumprem assim o oposto de sua aparente e suposta tarefa (KLÜGER, 2005, p. 76).

Esse silenciamento, segundo a autora, é obtido por meio de uma série de oposições binárias que contrapõem sobrevivente e vítima, alemão e judeu, história e memória, soldado e civil, coletivo e individual, homem e mulher, adulto e criança. O livro de Ruth Klüger contribui para deslocar nosso olhar do conteúdo dos testemunhos e trazê-lo de volta para a condição humana das testemunhas. Des-objetivá-los e re-subjetivá-los, recuperando, para os sobreviventes, a condição de sujeitos, de indivíduos completos. Recusando ser classificada e congelada na condição de “sobrevivente”, ela busca preservar sua singularidade e evitar ficar para sempre encerrada em seu passado. Recuperar sua *visage*, para falar como Levinas. No final do livro, Ruth insere um poema que escreveu nos anos 60, cujo título, “recusa a depor”, ou “recusa a testemunhar”, serviu de título para a edição francesa. No poema, ela tenta traduzir seu mal-estar face à injunção de testemunhar que lhe faz a sociedade e que não passa, a seus olhos, de uma injunção a se calar, ou, mais exatamente, de só falar para confirmar os estereótipos que o politicamente correto sobre os judeus e a *Shoa* está preparado para escutar. De só falar o que se espera que ela fale. “Cada fantasma que chega pode me desalojar, / pois tenho de seguir adiante quando algum me diz ‘Fala’.” são os últimos dois versos do poema. (KLÜGER, 2005, p. 252)

A questão do silenciamento dos sobreviventes foi expressa de forma angustiante por Primo Levi. Textualmente, ele registra em 1986 que

[...] curiosamente, esse mesmo pensamento (‘mesmo se contarmos não nos acreditarão’) brotava sob a forma de sonho noturno, do desespero dos prisioneiros. Quase todos os sobreviventes, oralmente ou em suas memórias escritas, recordam um sonho muitas vezes recorrente nas noites de confinamento, variado nos particulares mas único na substância: o de terem voltado para casa e contado com paixão e alívio seus sofrimentos passados, dirigindo-se a uma pessoa querida, e de não terem crédito ou mesmo nem serem escutados. Na forma mais típica (e mais cruel), o interlocutor se virava e ia embora silenciosamente (LEVI, 1990, p. 1).

Logo após a liberação, em uma roda que discutia livremente as questões ligadas às dificuldades que certamente sobreviriam para narrar o que haviam vivenciado, um dos companheiros de Jorge Semprun exclamou: “O verdadeiro problema não é contar, quaisquer que sejam as dificuldades. É escutar... Vão querer escutar as nossas histórias, mesmo que sejam bem contadas?” (SEMPRUN, 1995, p. 125). Essa barreira, reportada por tantos outros sobreviventes¹⁵, é confirmada pela autora; ao se interrogar sobre a legitimidade de narrar, sobre o direito de ser ouvida, ela constata que a atitude de reverência dirigida aos sobreviventes é equivalente ao seu aparente oposto, a uma atitude de repugnância, de exclusão:

Na ocasião, sempre pensava que teria algo de interessante e importante para contar depois da guerra. Mas as pessoas não querem ouvir, ou somente o fazem com uma certa pose, uma certa atitude, não como interlocutoras e sim como pessoas que se submetem a uma tarefa desagradável, em uma espécie de reverência que facilmente se transforma em repugnância, duas sensações que em todo caso se complementam. Pois tanto o objeto da reverência, como o da repugnância, é sempre mantido a distância (KLÜGER, 2005, p. 102).

Talvez, então, o sobrevivente seja investido de uma aura de reverência para mais facilmente ser excluído, já que a atitude de repugnância não pode ser admitida pelas pessoas nem ao menos para elas mesmas; e o silenciamento é camuflado sob uma máscara de compaixão: “- O senhor sofre com isso. Por que insiste tanto?”, diziam para o protagonista de “O Profeta”, de Samuel Rawet. Um convite ao esquecimento. Tendo a autora percebido, como destaquei antes, que o silenciamento dos sobreviventes é operado por uma série de oposições binárias, a análise desse fenômeno recebe uma espantosa ampliação em suas reflexões: o que as mulheres sobreviventes têm a dizer importa menos ainda. Sobre a mulher pesa uma dupla exclusão:

Também tenho o que contar, quer dizer, tenho histórias a contar caso alguém pergunte, mas só poucos o fazem. As guerras pertencem aos homens, e assim também as lembranças de guerra. Ainda mais o fascismo, mesmo que se tenha sido contra ou a favor: puro assunto para homens. Além disso: mulheres não têm passado. Ou não têm que ter algum. É indelicado, quase indecente (KLÜGER, 2005, p. 13).

Internada dos dez aos doze anos em Terezin¹⁶, e então transferida, em 1944, para o campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau, a vivência concentracionária de Ruth Klüger é a vivência de uma criança. Além de apontar para a exclusão das mulheres como testemunhas admissíveis, ela denuncia a tentativa dos adultos, num terceiro nível de agressão, de retirar das crianças o direito de testemunhar, de refletir sobre a opressão sofrida, que ela afirma ser tão legítima quanto a de qualquer adulto:

Hoje em dia há pessoas que me perguntam: ‘Mas você era jovem demais para se lembrar daqueles tempos terríveis’. Ou nem mesmo perguntam, elas afirmam com plena certeza. Penso então que querem tirar de mim a minha vida, pois a vida nada mais é do que o tempo que se viveu, a única coisa que temos, e é isto que me negam quando põem em dúvida o meu direito de lembrar.

Crianças que sobreviveram a *pogroms* e a outras catástrofes muitas vezes são proibidas de elaborar essas experiências e obrigadas a se comportar como ‘crianças normais’. Isto acontece para o bem das crianças, que não devem falar sobre ‘estas coisas’. Frequentemente, elas elaboram seus traumas inventando brincadeiras que escondem dos adultos (KLÜGER, 2005, pp. 68-9)¹⁷.

A memória coletiva, até agora prisioneira do dis-

curso hegemônico, deve, para Ruth Klüger, passar a ser repensada como uma coleção de narrativas individuais, evitando-se sua fusão em um grande martirologio; dessa forma, ela propõe uma abordagem igualitária e não-hierárquica para lembrar o passado.

O título original do livro, *Weiter Leben*, pode também ser traduzido como “continuar a viver” ou “reviver”. Pois os sobreviventes devem, na opinião da autora, reconstruir suas vidas, sem se deixar aprisionar pelo passado, sem se culpar por terem sobrevivido. Mas, além disso, suas reflexões também recuperam a memória dos mortos, que têm direito, cada um, a sua morte individual. Especialmente do pai, do irmão e da avó paterna da autora, vítimas do nazismo, tão minuciosamente evocados no livro. Assim, o próprio ato de escrever este livro equívale a recitar um *kadish* em memória dos seus mortos, ato vedado às mulheres judias, recuperando um espaço para a mulher dentro do judaísmo.¹⁸ Ruth Klüger, que havia se afastado da religião por não aceitar a marginalização da mulher¹⁹, através exatamente desse ato de rebeldia pode, então, se reaproximar do judaísmo no que este tem de mais nuclear, o respeito aos mortos, a dedicação ao estudo, a valorização da memória. E o próprio livro é uma resposta a Adorno, um libelo em defesa da legitimidade do tratamento estético do Holocausto.

Quando assistimos, hoje, ao lançamento de uma nova obra sobre o Holocausto, notadamente um depoimento, uma autobiografia, a pergunta que logo nos vem à mente é: ainda há o que escrever sobre esse tema? Ainda há o que ler sobre o nazismo? Ainda precisamos falar desses assuntos? E a resposta se impõe. Se a Segunda Guerra Mundial terminou, se o nazismo foi derrotado, se o outro grande sistema totalitário, o comunismo soviético, desmoronou, nada disso nos garante que o totalitarismo tenha morrido. Sim, ainda precisamos falar desses assuntos para podermos entendê-los e tentarmos evitar seu retorno. Sim, ainda precisamos que escrevam sobre esses acontecimentos para combater a indolência do esquecimento. Tzvetan Todorov, que nunca viveu em um campo, que apenas visitou campos nazistas transformados em museus, assim se expressa sobre a necessidade de conhecer e de interpretar o que aconteceu:

Se me sinto levado a voltar a ela aqui, não é apenas porque o totalitarismo ainda não morreu em todo lugar. A verdadeira razão está em minha convicção de que corremos o risco de repetir o passado, se o ignorarmos. Não é o passado, como tal, que me preocupa, mas sim o fato de eu acreditar que há nele uma lição para nós, contemporâneos. Mas... qual? Por si mesmos, os acontecimentos nunca revelam seus sentidos: os fatos não são transparentes; para nos ensinar alguma coisa, precisam ser interpretados (TODOROV, 1995, p. 37).

Ruth Klüger nos mostra que sim, ainda há o que ler sobre o nazismo, que há importantes dimensões do mecanismo da opressão totalitária e de seus efeitos sobre as minorias excluídas que ainda não foram esgotadas pela literatura. Se quisermos abalar a indiferença, a negação, a banalização; se quisermos manter a esperança de evitar

a repetição das inauditas tragédias do século XX, temos que buscar a interpretação dos fatos, sua expressão como conceito. E devemos nos apressar: Ruth Klüger, que no final da época nazista tinha apenas 14 anos, hoje, em 2009, já chegou aos 78. Dentro em breve, as testemunhas, os sobreviventes, aqueles que poderiam narrar, nos ajudar a entender, terão sucumbido à passagem do tempo.

Notas

- 1 Publicado no Brasil pela Rocco em 1988, tradução de Luigi del Re.
- 2 Publicado no Brasil pela Planeta de Agostini em 2004, tradução de Marcho Lucchesi.
- 3 Publicado no Brasil pela Paz e Terra em 1990, tradução de Luiz Sérgio Henriques.
- 4 Pseudônimo adotado pelo judeu austríaco Hans Mayer quando, por causa da anexação da Áustria pela Alemanha em 1938, decidiu emigrar para a Bélgica. Esta providência não foi suficiente, e veio a ser internado em Auschwitz de 1943 até 1945; após ser libertado, retornou à Áustria e acabou por cometer suicídio em 1978.
- 5 *Le Chant des morts*, publicado no Brasil em 1978 pela Editora Documentário, tradução de Roberto Raposo.
- 6 *Terezinské revkíem*, publicado em Lisboa em 1966 pela Publicações Europa-América, tradução de Otto e Gerta Hellig.
- 7 O texto completo deste comentário de Adorno, que tão fortemente impactou toda a estética da reflexão sobre o nazismo, é: “A crítica cultural defronta-se com o último degrau da dialética entre a cultura e a barbárie: escrever um poema depois de Auschwitz é um ato de barbárie, e isso também corrói o conhecimento que afirma por que hoje se tornou impossível escrever poemas. Enquanto o espírito crítico permanecer em si mesmo, em auto-suficiente contemplação, ele não será capaz de enfrentar a absoluta reificação que, entre os seus pressupostos, teve o progresso do espírito como um dos seus elementos e que hoje se prepara para sugá-lo completamente”, e foi publicado em “Crítica Cultural e Sociedade”, de 1949. *Apud* SELIGMANN-SILVA, 2003:82.
- 8 “A dor perene tem tanto direito à expressão, como o torturado ao grito; por isso pode ter sido errado afirmar que não se pode escrever mais nenhum poema após Auschwitz.” *Apud* SELIGMANN-SILVA, 1999, 2ª. orelha.
- 9 Ou “Fuga sobre a morte”. A ambiguidade do título (“Todesfugue”, no original), apoiada pelos dois sentidos da palavra “fuga” e mantida na tradução para o inglês (“Deathfugue”), mas difícil de manter em português, língua em que as preposições são normalmente explícitas, faz parte de sua própria construção. O poema de Paul Celan teve várias traduções e publicações no Brasil; entre estas, relaciono: **Quatro mil anos de poesia** (org. Jacó Guinsburg), pela Perspectiva, em 1969, tradução de Modesto Carone; **Cristal**, pela Iluminuras, em 1999, tradução de Claudia Cavalcanti.
- 10 A opção por simplesmente registrar os fatos brutos busca se apresentar como uma posição de neutralidade “científica”; no entanto, esta posição não se sustenta, pois a própria seleção dos fatos registrados contém uma interpretação.
- 11 Publicado no Brasil pela Companhia das Letras em 1998, com o título de **Fragmentos: memórias de uma infância 1939- 1948**, tradução de Sérgio Tellaroli.
- 12 Título original do poema “Fuga da Morte”, de Paul Celan.

- 13 Guardas dos campos de concentração, normalmente escolhidos entre os próprios prisioneiros. Segundo a Wikipédia, “Kapo was a prisoner who worked inside German Nazi concentration camps during World War II in some lower administrative position (prisoner-functionary). The German word also means ‘foreman’ and ‘non-commissioned officer’, and is derived from French for ‘Corporal’ (ft: *Caporal*) or the Italian word *capo*. Kapos received more privileges than normal prisoners, towards whom they were often brutal. They were often convicts who were offered this work in exchange for a reduced sentence or parole, however they were usually murdered and replaced with a new batch of prisoners at regular intervals.”
- 14 “*kitsch*” é como Klüger classifica a autobiografia fraudulenta de Wilkomirski.
- 15 Essa mesma experiência é ficcionalizada por Samuel Rawet em seu conto “O Profeta”, de 1956: “Pensou em alterar um pouco aquela ordem e principiou a narrar o que havia negado antes. Mas agora não parecia interessar-lhes. Por condescendência (não compreendiam o que de sacrifício isso representava para ele) ouviram-no das primeiras vezes e não faltaram lágrimas nos olhos das mulheres. Depois, notou-lhes aborrecimento, enfado, pensou descobrir censuras em alguns olhares e adivinhou frases como estas: ‘Que quer com tudo isso? Por que nos atormenta com coisas que não nos dizem respeito?’ Havia rugas de remorso quando recordavam alguém que lhes dizia respeito, sim. Mas eram rápidas. Sumiam como um vinco em boneco de borracha. Não tardou que as manifestações se tornassem abertas, se bem que mascaradas.
- O senhor sofre com isso. Por que insiste tanto?” (RAWET, 2004, p. 28)
- 16 O campo de concentração de Terezin, na Boêmia, foi implantado pelos alemães como uma “vitrine”, para mostrar ao mundo que as denúncias contra o nazismo não passavam de calúnias. Lucy Dawidowicz diz que “In a few months Theresienstadt did indeed become a ‘model camp’, the only one into which the Germans ever allowed foreign observers. It was a Potemkin village, purporting to be an autonomous Jewish community. Among its inmates were many prominent German Jews whose disappearance would prove embarrassing to the Germans in case of international inquiries about their welfare. In reality Theresienstadt was, for most of its inmates, just a stopping place before their final destination at Auschwitz” (DAWIDOWICZ, 1990:178).
- 17 Sobre brincadeiras inventadas por crianças em campos de concentração e guetos, ver, por exemplo, o livro de George Eisner *Les enfants pendant l’holocauste*.
- 18 *Kadish* (sagrado, em aramaico) é o nome de uma reza ritual judaica que, entre outras situações, é recitada nos rituais em homenagem aos mortos, nos enterros, mas também no final da leitura de um tratado talmúdico. Não obstante, é fortemente associada à homenagem aos mortos.
- 19 Por exemplo, ela diz: “Não consigo me lembrar de nenhuma festa religiosa na qual tivesse me sentido à vontade. Penso, principalmente, no *seder*, nas ceias da Páscoa judaica, em Viena. [...] Pessach é na verdade a festa mais criativa que se pode imaginar [...] mesmo em ambientes mais modestos, possui um aspecto de pompa e teatro do mundo. Mas, infelizmente, é uma festa para homens e meninos, não para mulheres. Nem mesmo uma menina pequena e inexperiente poderia deixar de notar a distribuição específica dos papéis segundo o sexo naquela noite.” (KLÜGER, 2005, p. 42) E assim por diante.

Referências

- AMÉRY, Jean. *Más allá de la culpa y la expiación*. Tentativas de superación de una víctima de la violencia. Trad. Enrique Ocaña. Valencia: Pre-Textos, 2001, 198 p.
- BOR, Josef. *Requiem em Terezin*. Trad. Otto e Gerta Hellig. Lisboa: Publicações Europa-América, 1966, 149 p.
- CELAN, Paul. “Fuga da morte” (pp. 270-1). In: GUINSBURG, J. (org) *Quatro Mil Anos de Poesia*. São Paulo: Perspectiva, 1969, 526 p.
- _____. *Cristal* (sel. e trad. Claudia Cavalcanti). São Paulo: Iluminuras, 1999, 192 p.
- DAWIDOWICZ, Lucy S.. *The War against the Jews: 1933-45*. London: Penguin Books, 1990, 556 p.
- EISNER, George. *Les enfants pendant l’holocauste: Jouer parmi les ombres*, traduzido do inglês por Françoise Rey-Sens. Paris: Calmann-Lévy, 1993, 219 p.
- KERTÉSZ, Imre. *Kadish por uma criança não nascida*. Trad. Raquel Abi-Sâmara. Rio de Janeiro: Imago, 1995, 132 p.
- KLEMPERER, Victor. *LTI, la langue du IIIe Reich – Carnets d’un philologue*. Trad. Elisabeth Guillot. Paris: Albin Michel, 1996, 377 p.
- _____. *Os diários de Victor Klemperer: testamento clandestino de um judeu na Alemanha nazista, 1933-1945*. Trad. Irene Aron. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 896 p.
- KLÜGER, Ruth. *Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto*. Trad. Irene Aron. São Paulo: Editora 34, 2005, 256 p.
- _____. “Verdade, mentira e ficção em autobiografias e romances autobiográficos” (pp. 21-30, trad. Luciana C. F. C. Pinto). In: GALLE, HELMUT e Outros (org.) *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume; Fapesp; FFLCH, USP, 2009, 370 p.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. Luigi del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, 176 p.
- _____. *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 126 p.
- _____. *A trégua*. Trad. Marco Lucchesi. São Paulo: Planeta De Agostini, 2004, 359 p.
- LEVINAS, Emmanuel – “Amar mais a *Torá* do que a Deus” (pp. 73-80). In: KOLITZ, Zvi. *Yossel Rakover dirige-se a Deus*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- NYISZLI, Miklos. *Médico em Auschwitz*. Trad. Valentina Leite Bastos. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1980, 276 p.
- RAWET, Samuel. “O Profeta”. In: _____. *Contos e novelas reunidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- RINGELBLUM, Emmanuel. *Crônica do Ghetto de Varsóvia*. Trad. Gonçalves d’Orey. Lisboa: Livraria Moraes, Editora, 1964, 384 p.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. [comentário de orelha]. In: CELAN, Paul. *Cristal*. Trad. Claudia Cavalcanti. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- _____. *Adorno*. São Paulo: Publifolha, 2003, 112 p. (coleção *Folha explica*).
- SEMPRUN, Jorge. *Um belo Domingo*. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, 387 p.
- _____. *A escrita ou a vida*. Trad. Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 298 p.
- SLOAN, Jacob – “Introdução” (pp. 7-24). In: RINGELBLUM, Emmanuel. *Crônica do Ghetto de Varsóvia*. Trad. Gonçalves d’Orey. Lisboa: Livraria Moraes, Editora, 1964.
- TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Trad. Egon de Oliveira Rangel e Enid Abreu Dobránsky. Campinas: Papirus, 1995.
- WIESEL, Elie. *Holocausto: canto de uma geração perdida*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documentário, 1978, 296 p.